

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

Projeto Pedagógico do **Curso em Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE)**, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI, por meio do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio, da Secretaria de Educação Básica/MEC, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

2024

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/ PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

CARLA ANDRÉA SILVA

**Coordenadora do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado
(AEE)**

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Carla Andréa Silva

Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos

Vanessa Nunes dos Santos

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso

Denominação: Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Área/Subárea de Conhecimento: Educação/Educação

Especial **Unidade de ensino:** Centro de Educação Aberta e a

Distância **Modalidade de ensino:** Educação a Distância (EAD)

Titulação a ser conferida: Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE)

1.2 Coordenação

Nome: Carla Andréa Silva

CPF: 934.996.983-15

SIAPE: 2177567

Unidade de lotação: Curso de Pedagogia/CAFS/UFPI

Titulação: Doutorado em Educação: Psicologia da

Educação **E-mail:** carlandrea@ufpi.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5881902688945746>

1.3 Coordenação adjunta

Nome: Ma. Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos

CPF: 280.054.575-53

SIAPE: 2235087

Unidade de lotação: Núcleo de Acessibilidade/PRAEC/UFPI

Titulação: Mestrado em Educação (UFPI)

E-mail: dilmaandrade@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0253896232475835>

2 APRESENTAÇÃO

A Educação Nacional apoia-se sob princípios da igualdade de condição para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a garantia de padrão de qualidade; gratuidade de ensino público, entre outros, conforme o disposto no art. 3º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) bem como o artigo 206 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

A proposta de Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), ora apresentada, tem convergência com a atual proposta de educação inclusiva, que é garantida desde a Constituição Federal de 1988, art.208, na qual assegura-se aos discentes o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, realidade ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Embora as escolas estejam implementando a legislação propositiva e inclusiva, estas propostas, por si só, não garantem a viabilização dos projetos de acessibilidade, mudanças das práticas pedagógicas e a implementação de suportes que promovam a inclusão, nesse sentido, percebe-se a urgência em qualificar profissionais que possam contribuir com o processo de inclusão e transformação dos saberes, práticas e ações da educação escolar, se propondo a construir as condições de inclusão dos/as discentes público- alvo da educação especial (PAEE), que são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Nesse sentido, o AEE objetiva promover um atendimento educacional que vá além dos currículos escolares, e que são necessários para a transposição das barreiras que limitam o acesso ao saber. Utilizando-se de estratégias teórico-metodológicas diversificadas das que são normalmente utilizadas nas rotinas escolares, privilegiando durante os momentos de ensino, atividades lúdicas, jogos e brincadeiras criativas.

As diretrizes operacionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são estabelecidas e garantidas pela Resolução CNE/CEB n. 04/2009, que em seu Art. 2º especifica que, o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Desse modo, esse curso pretende, possibilitar a formação de profissionais habilitados para desenvolver conhecimentos da complexa cadeia psíquica, atentos às possibilidades de observação do pensamento criativo, interativo, imaginativo e corporal- cinestésico, considerando as inteligências múltiplas.

A referida proposta é pensar o atendimento dos/as estudantes PAEE, por profissionais especializados em AEE, que assegurem um ambiente de aprendizagem e aprofundamento curricular, a partir da investigação das várias áreas de interesse dos/as alunos/as, proporcionando descobertas de competências e habilidades individuais, através de exercícios e métodos de pesquisa científica que contribuam para o avanço educacional dos/as alunos nos diversos níveis de ensino.

3 JUSTIFICATIVA

O Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), aqui proposto, vem ao encontro das propostas relacionadas ao estabelecimento da Política Nacional de Educação Especial em nosso país, tendo em vista que na nossa lei educacional de maior abrangência, a Lei de diretrizes e bases da educação, encontra-se previsto dispositivos que se volta para o atendimento das necessidades educacionais dos educandos, pela definição de educação especial, como uma modalidade de educação escolar, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, e que é destinada aos educandos que possuem um tipo de necessidade especial educacional(BRASIL, 1996).

Em tempo, ressalta-se que o atendimento educacional especializado, é apontado em nossa legislação educacional como uma forma de se garantir acesso à educação, aos educandos com necessidades especiais, que estão vinculados preferencialmente à rede regular de ensino, sempre, devendo ocorrer em função das condições específicas dos educandos, público alvo da educação especial- Deficiência física, Deficiência visual, Deficiência auditiva, Deficiência intelectual, Altas habilidades e superdotação, Autismo (BRASIL, 1996).

Outro aspecto sob qual assenta-se a oferta do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado ora proposta é que em nossa legislação educacional, identifica-se a

exigência de que professores apresentem formação adequada, em nível médio ou superior, para que o atendimento especializado ocorra a contento, garantindo assim a integração desses educandos nas classes comuns.

Segundo dados do portal do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária- CENPEC, em **“Por que precisamos de formação docente sobre inclusão?”** Conforme apontamentos efetivados por ABE (2022) “Um estudo realizado com 967 docentes do ensino fundamental e médio de escolas públicas de todas as regiões do país revelou que 40% nunca fizeram uma formação sobre inclusão de estudantes com algum tipo de deficiência. O destaque vai para a falta de formação geral ou específica no tema entre docentes do ensino médio – metade delas(es) nunca teve formação a respeito da temática. Com relação às regiões brasileiras, docentes do Nordeste (49%) e do Norte (41%) formam os maiores grupos dos que nunca fizeram esse tipo de formação. Na região Sudeste, são 40%, na Sul 28%, tal como na região Centro-Oeste.”

É notório a lacuna de formação em Educação Especial e especificamente em AEE dos profissionais nos diferentes níveis de ensino, entretanto essa lacuna evidencia-se ainda mais naqueles que atuam no ensino médio e no ensino superior, onde muitos tiveram um percurso de formação acadêmica que não lhes forneceu base para atuar em processos de inclusão de estudantes PAEE. Atenta-se ainda para o fato da oferta de educação especial ter seu início durante a educação infantil, atendendo educandos na faixa etária de zero a seis anos, o atendimento educacional especializado também deve efetivar a cobertura da educação básica e ensino superior (BRASIL,1996). Dessa maneira, o curso de Especialização ora apresentado ofertará ao aluno dois percursos formativos, possibilitando a escolha pela habilitação AEE: Educação infantil e Alfabetização ou a habilitação AEE: Ensino fundamental, Médio e Superior.

Nessa proposta de especialização, considera-se ainda o previsto pelo decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, que assegura dentre outros aspectos a oferta do atendimento educacional especializado e de qualidade, “em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida” (BRASIL, 2020).

Cientes da necessidade de uma formação continuada que atenda às demandas proporcionadas pelo aumento significativo no número de matrículas na Educação Especial, o percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Considerando dados do INEP (CENSO 2021), o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2021. O maior número está no Ensino Fundamental, que concentra 68,7% das matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2017 e 2021, percebe-se que as de ensino médio são as que mais cresceram, um acréscimo de 84,5%. A mesma pesquisa aponta ainda que

Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de discentes incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 90,8%, em 2017, para 93,5%, em 2021. (BRASIL,2022).

Os dados acima corroboram com o avanço das políticas de inclusão e acessibilidade, entretanto percebe-se, ao mesmo tempo, uma fala quase generalizada, de docentes, apontando para a falta de domínio de técnicas e metodologias pedagógicas que os permitam assistir a tal público.

Outro dado relevante aponta para o crescimento significativo de estudantes PAEE que ingressam no nível superior. Segundo dados do INEP (Censo da Educação Superior - Notas estatísticas 2019), entre 2010 e 2019 a matrícula de pessoas com deficiência no ensino superior aumentou em 144,83%. Esses dados alertam para a necessidade de pensarmos em processos formativos, que possibilitem aos docentes que atuam no ensino superior, saberes pedagógicos e estratégias que garantam a plena inclusão desse público.

Atualmente a Universidade Federal do Piauí conta com o Núcleo de Acessibilidade - NAU, que medeia as ações de inclusão e acessibilidade de cerca de 450 estudantes PAEE (dados fornecidos pelo NAU), seja orientando as adaptações necessárias nas questões arquitetônicas, metodológicas ou comunicacionais, seja disponibilizando, através do Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI) o acesso à tecnologias assistivas que assegurem ao estudante PAEE e ao docente a equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a Universidade Federal do Piauí (UFPI), buscando acompanhar as mudanças da sociedade e por se constituir não apenas como instância reflexiva dessa sociedade e do mundo do trabalho, mas, sobretudo, como um espaço de transformação, vem por meio dessa proposta

de especialização, materializar esforços no sentido de contribuir com uma melhor qualidade da aprendizagem, do ensino e da formação de professores e demais profissionais da educação. Com vistas a preencher tal lacuna por formação, a Universidade Federal do Piauí, por meio do Centro de Educação Aberta e Distância (CEAD), em parceria com o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação Inicial e Continuada de Professores e Diretores, da Secretaria da Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), oferta o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), para atender professores graduados em licenciaturas diversas, conferindo formação de qualidade para atuarem com o alunado público alvo da Educação Especial .

4 OBJETIVOS

Geral: Formar professores para atuar na educação básica e em nível superior, com competência técnica, didática e pedagógica, de modo a atender demandas e expectativas de qualificação docente em função da implementação da Política Nacional da Educação Especial bem como a BNCC.

Específicos:

- Desenvolver, complementar e diversificar conhecimentos teóricos e práticos, competências e habilidades acerca do Atendimento educacional especializado;
- Compreender os ordenamentos legais que orientam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a estruturação e organização do Atendimento Educacional Especializado;
- Relacionar as teorias de conhecimento e aprendizagem com os processos de desenvolvimento e aprendizagem de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) altas habilidades e superdotação;
- Oportunizar aos professores o desenvolvimento de habilidades e competências pedagógicas relacionadas às especificidades dos estudantes PAEE;
- Fomentar estudos, reflexões e o debate sobre as políticas públicas nacionais para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;

- Analisar o atendimento à diversidade nos diferentes níveis de ensino, compreendendo os princípios, a estruturação, o funcionamento e as práticas do Atendimento Educacional Especializado e outros apoios a que os alunos público-alvo da Educação Especial têm direito
- Capacitar professores para o processo de inclusão do PAEE, de modo a ampliar seus conhecimentos sobre: planejamento e avaliação, planos educacionais individualizados, planos de intervenção, criação de recursos e de materiais adaptados e uso de recursos de Tecnologia Assistiva.

5 PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O público-alvo dos cursos de especialização criados nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, engloba profissionais com formação em nível de graduação que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC- Formação Continuada, assim como as demandas de atualização em suas respectivas áreas de conhecimento e atuação profissional. Assim, o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado se destina a docentes e outros profissionais que atuam nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica e Superior ou em espaços não escolares de atendimento a pessoas com necessidades especiais, que possuam curso superior em qualquer área e que desejem ampliar conhecimentos teóricos e práticos relacionados à Educação Especial, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Neste cenário, o perfil do egresso remete a um profissional capacitado para atuar com conhecimentos e competências relativas a diferentes formas de abordagens teóricas e práticas de Atendimento Educacional Especializado, em qualquer etapa do processo de escolarização, tendo como referência os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.

6 QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a oferta e distribuição de turmas e vagas do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI serão definidas conforme necessidade e decisão da referida unidade de ensino, observando as condições previstas no convênio estabelecido com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), do Ministério da Educação (MEC), destinado à qualificação de profissionais que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.

Conforme previsto na citada Resolução, uma vez aprovado pelo CEPEX/UFPI, o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) poderá ofertar turmas e vagas a qualquer tempo, sem necessidade de submeter novamente a proposta ao referido Conselho, desde que não apresente mudanças relevantes no Projeto Pedagógico original.

Nestas condições, inicialmente, o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) ofertará 960 (novecentas e sessenta) vagas, distribuídas em duas trilhas formativas e nos seguintes núcleos de apoio presencial do CEAD/UFPI:

TRILHA FORMATIVA	NÚCLEO	VAGAS
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	TERESINA	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	PARNAÍBA	48

AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	SÃO RAIMUNDO NONATO	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	PIRIPIRI	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	FLORIANO	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	PICOS	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	BOM JESUS	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	JOSÉ DE FREITAS	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48

AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	SANTA CRUZ DO PIAUÍ	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	SIMÕES	48
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR		48
TOTAL DE VAGAS	960	

A quantidade de vagas e os núcleos de apoio para turmas subsequentes serão definidos por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

7 FORMAS DE SELEÇÃO E INGRESSO

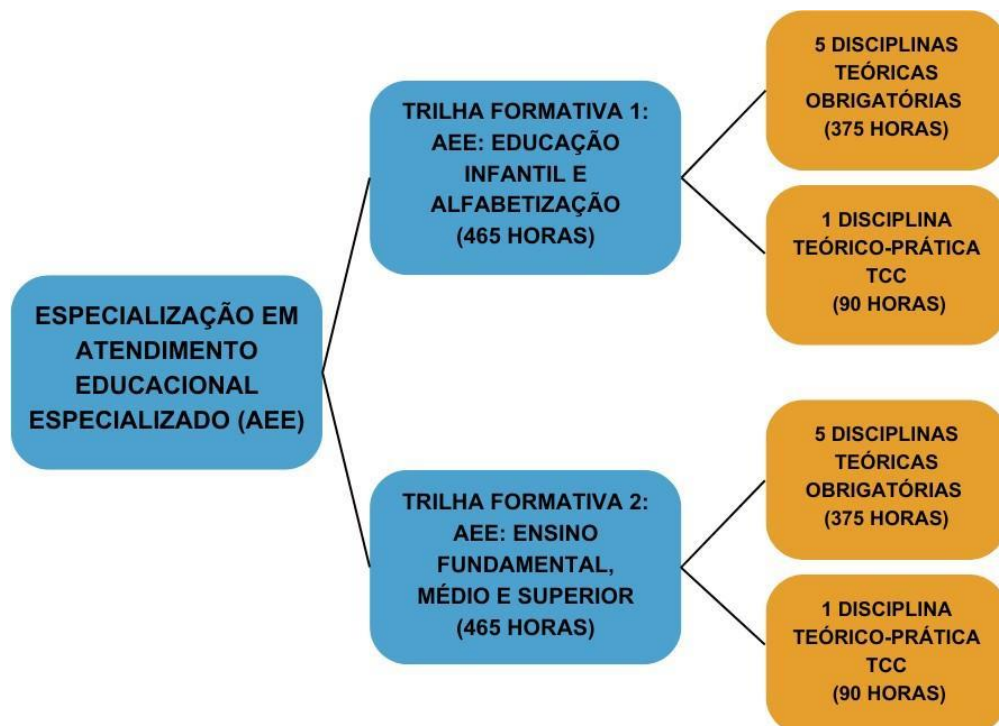
Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a seleção e matrícula de alunos no Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação, de duas formas:

- a) Seleção pública de candidatos, conforme requisitos indicados no respectivo edital, para realização do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediante cumprimento, com aproveitamento, das atividades didático-pedagógicas propostas, destinado à qualificação de profissionais que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.
- b) Chamada pública de candidatos, conforme requisitos indicados no respectivo edital

para certificação no Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pela SEMESP/MEC, destinados à qualificação de profissionais que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.

8 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) organiza-se em duas trilhas formativas, a saber: “AEE: Educação Infantil e Alfabetização” e “AEE: Ensino Fundamental, Médio e Superior”, conforme organização disposta no quadro a seguir:



TRILHAS FORMATIVAS	DISCIPLINAS	CH
AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	SEMINARIO INTEGRADOR DO CURSO	15
	ATENDIMENTO PRECOCE E EDUCAÇÃO INFANTIL	90
	AEE: DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA BRAILLE	60
	AEE: DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60
	AEE: DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60
	AEE E SURDEZ: ÊNFASE NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	60
	SEMINARIO INTEGRADOR DO CURSO - FINAL	30
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90
	SEMINARIO INTEGRADOR DO CURSO	15
	AEE: ENSINO FUNDAMENTAL I, II E EJA	90
	AEE: DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	60
	AEE: ENSINO MÉDIO	90
	PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	90
	SEMINARIO INTEGRADOR DO CURSO - FINAL	30
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90

9 CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Em observância à Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado tem carga horária total de 465 horas/aulas, vivenciadas em 15 (quinze) meses de atividades didático- pedagógicas, o que não inclui o prazo para a finalização dos demais procedimentos acadêmico- administrativos.

O curso tem início em Agosto de 2023, conforme proposta de cronograma a seguir:

TRILHAS FORMATIVAS	DISCIPLINAS	CH	CRONOGRAMA
	SEMINARIO INTEGRADOR DO CURSO	15	AGOSTO/2023
	ATENDIMENTO PRECOCE E EDUCAÇÃO INFANTIL	90	AGOSTO A DEZEMBRO/2023
	AEE: DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA BRAILLE	60	FEVEREIRO A ABRIL/2024

AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO	AEE E SURDEZ: ÊNFASE NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	60	DEZEMBRO/2023 A FEVEREIRO/2024
	AEE:DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60	ABRIL A JULHO/2024
	AEE:DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60	JULHO A AGOSTO/2024
	SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO FINAL	30	AGOSTO/2024
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90	SETEMBRO A NOVEMBRO/2024
	CARGA HORÁRIA TOTAL:	465 HORAS	
AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR	SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO	15	AGOSTO/2023
	AEE: ENSINO FUNDAMENTAL I, II E EJA	90	AGOSTO A DEZEMBRO/2023
	AEE: DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	60	DEZEMBRO/2023 A FEVEREIRO/2024
	AEE: ENSINO MÉDIO	90	FEVEREIRO A JUNHO/2024
	PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	90	JUNHO A AGOSTO/2024
	SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO FINAL	30	AGOSTO/2024
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90	SETEMBRO A NOVEBRO/2024
	CARGA HORÁRIA TOTAL	465 HORAS	

A carga horária e a duração do curso poderão ser flexibilizadas, considerando a possibilidade de certificação por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Ministério da Educação, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022.

10 CONTEÚDO

10.1 TRILHA FORMATIVA – AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
ATENDIMENTO PRECOCE E EDUCAÇÃO INFANTIL	90	Aspectos legais do Atendimento Educacional Especializado; Diretrizes do atendimento Educacional Especializado; Público-alvo do AEE e suas singularidades; Conhecendo as possibilidades da criança; Processos de desenvolvimento; Prematuridade biológica e o cuidador; Acompanhamento dos marcos do desenvolvimento na infância; O Aspecto físico-motor do desenvolvimento na primeira infância; Os efeitos da psicomotricidade no desenvolvimento; O Aspecto emocional e social do desenvolvimento; Possibilidades de intervenção visando à autonomia e iniciativa; Desenvolvimento infantil na perspectiva de Henri Wallon; Desenvolvimento da ação de conhecer na perspectiva de Piaget; Desenvolvimento infantil na perspectiva de Vygotsky; Desenvolvimento proximal e as origens sociais da cognição.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Ministério da Saúde. Desenvolvimento neuropsicomotor, sinais de alerta e estimulação precoce : um guia para profissionais de saúde e educação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada, Hospital da Criança de Brasília José Alencar. – Brasília : Ministério da Saúde, 2023. BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Manual UNASUS: Marcos do desenvolvimento cognitivo e psicossocial infantil. 2023 BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Manual UNASUS: Estimulação cognitiva e psicossocial infantil. 2023 BRASIL. Ministério da Educação. Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado: Educação Precoce e Educação Infantil. 2023 BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Resolução nº. 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rceb00409.pdf?query=Resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o

		conhecer na perspectiva de Piaget; Desenvolvimento infantil na perspectiva de Vigotski; Desenvolvimento proximal e as origens sociais da cognição.	BRASIL. Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 12-12, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm FELICIANO, J. A. C. Manual para observação dinâmica dos marcos do desenvolvimento em crianças de 0 a 3 anos. Universidade Federal Fluminense; Perse: Niterói, 2019. MILANESI, J.B.; CIA, F. O AEE nas salas de recursos multifuncionais da educação infantil. Revista de Ed. Especial, v.30, n.57, p.69-82, jan-abril, 2017. VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; SILVA, Carla Cilene Baptista da; ZANIOLO, Leandro Osni. Educação da criança de zero a três anos e Educação Especial: Uma leitura crítica dos documentos que norteiam a Educação Básica. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 9-26, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000100002 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MACHADO, G.; MARTINS, M. de F. AEE na educação infantil; entraves e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v.14, especial 1, p.746-759, abril 2019. SOUSA, A. M. R. de. Atendimento Educacional Especializado e Estimulação Precoce: Estudo Sobre a Política Paulistana de Educação Especial; 19/02/2020 148 f. Mestrado em Ciências Humanas Universidade de Santo Amaro, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca da Unisa. 2020. SZYMANSKI, Maria Lídia Sica; VIEIRA, Sandra Mara Maciel. O Atendimento Educacional Especializado para Altas Habilidades/Superdotação: das políticas à prática. Revista Diálogo Educacional, v. 21, n. 71, p. 1885-1914, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.7213/1981-416x.21.071.ao03 VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. WALLON, Henri. A evolução da psicologia da criança. Lisboa: Edições 70, 1995.
--	--	---	--

			VIGOTSKI, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1991. WALLON, Henri. A evolução da psicologia da criança. Lisboa: Edições 70, 1995. WALLON, Henri. Psicologia e educação na infância. Lisboa: editora Estampa, 1975.
DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA BRAILLE	60	A deficiência: conceito, histórico, paradigmas educacionais. Características da deficiência visual e implicações no processo de aprendizagem. Processo de alfabetização: BNCC; Processos cognitivos; Método fônico; Braille para crianças cegas. Materiais e práticas pedagógicas.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, Maria da G. S. Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre quatro pilares. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 22, 2017. Disponível em https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/563 MARUCH, Maria A. S. STEINLE, M. C. Alfabetização e letramento do educando cego ou de baixa visão: uma reflexão necessária. Paraná. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2348-6.pdf GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 28, n. 108, p. 622–641, jul. 2020. Disponível em https://www.scielo.br/j/ensaio/a/6D8gzB5Dd7vnLG3FXmvN4bw/ BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DUTTON, Camila S. As especificidades do ensino e da aprendizagem da leitura por meio do Sistema Braille na alfabetização de alunos cegos. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 27 n. 62 (2021). Disponível em https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/795 ROSA, Louise. SELAU, Bento. Algumas considerações sobre o processo de alfabetização de crianças cegas. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 49 (2011). Disponível em https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/409 MONTEIRO, Lúcia Maria Filgueiras da Silva. A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES CORPORAIS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA CEGA. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://antigo.ibc.gov.br/images/conteudo/revistas/benjamin_constant/2004/edicao-29-dezembro/Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo3.pdf BRAZ, Flávia Myrella Tenório; BORBA, Rute Elizabete de Souza Rosa; SANTOS, Jaqueline A. F. Lixandrão. Incluir não é apenas estar dentro, é participar A interação

			cego-vidente e a percepção de professoras da resolução de problemas combinatórios. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v.29, n. 66 (2023). Disponível em https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/914 RANGEL, Fabiana Alvarenga; VICTOR, Sonia Lopes. A brincadeira de faz de conta e sua influência no processo de alfabetização de crianças cegas. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v.01, n. 59 (2016). Disponível em https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/746
AEE E SURDEZ: ÊNFASE NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	60h	Aspectos introdutórios, abrangendo concepções, histórias e marcos legais sobre a educação de surdos e surdas no Brasil. Bilinguismo, alfabetização e letramento	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRAIS, Marcelo de Abreu; RODRIGUES, Micaías Andrade; ALVES, Edneia de Oliveira. atendimento educacional especializado aos alunos surdos nas escolas municipais de Teresina na perspectiva dos docentes. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 13, n. 30, p. 288-322, 015. Disponível em: http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/823 BASSO, Sabrina Pereira Soares; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Material didático para alunos surdos: a literatura infantil em LIBRAS. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: FSCar, v. 6, no. 2, p. 491-512, nov.2012. Disponível em: https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/417-1919-1-PB.pdf. [BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal:Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Último acesso em 02/09/2023. BRASIL. Casa Civil. Decreto Nº 5.626 de 22/12/2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm; Último acesso em 02/08/2023. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão) BRASIL. Casa Civil. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de

			Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 13.146/2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>; Último acesso em: agosto de 2023 BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo. Brasília, 2020. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 116 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão). BRASIL. Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez. Brasília, DF: SEESP/SEED/MEC, 2007. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. São Paulo: Edusp, 2001. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS, UNESCO, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. FERNANDES, Sueli. Avaliação em Língua Portuguesa para Alunos Surdos: algumas considerações. SEED/SUED/DEE, 2013. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/janeiro2013/otp_artigos/sueli_fernandes.pdf FERNANDES, S. Práticas de Letramentos na Educação Bilíngue para Surdos. SEED/SUED/DEE, 2006. LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Cad. Cedes, Campinas, v.19, n. 46, 1998. Disponível em: http://www.cielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So1o1326219980003000007&p;lng=en&nrm=iso LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf&gt; LUCIANO, R.T., LODI A. C. B. O Desenvolvimento de Linguagem de Crianças Surdas em Língua Brasileira de Sinais. In: LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B.(Orgs). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014b, p. 33-50.
--	--	--	---

			LIMA E. W. G., CARDOSO C. J. A Criança Surda: Desafios e Possibilidades para Alfabetização. Revista Brasileira de Alfabetização. Vitória - ES - v.1/ n.1 - p.91-110/Jan./Jun. 2015. Disponível em: https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/33/24 LIMA, M. de; CAMPOS I. L. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, Cristina B. F.; SANTOS L. F. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de surdos. São Carlos-SP: EduFSCar, 2014. p. 37-61. LODI, A. C. B. Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos. In: LACERDA, Cristina B. F.; SANTOS L. F. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de surdos. São Carlos-SP: EduFSCar, 2014. p.165 - 183. MOURA M. C. de M. Surdez e Linguagem. In: LACERDA, Cristina B. F.; SANTOS L. F. (Org.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de surdos. São Carlos-SP: EduFSCar, 2014. p.13 - 26. TURETTA B. dos R., GÓES M. C. R. Uma Proposta Inclusiva Bilingue para as Crianças Menores. In: LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B. (Orgs). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014b, p.81 - 98. SILVA, MARCO C. KRÜGER. Consciência fonológica e relações grafema-fonema: contribuições de um programa de ensino de curta duração. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2018. 112 p. WERNECK, Claudia. Quem cabe no seu todos? Rio de Janeiro: Editora Wva. 1999. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. HENRIQUE, Timóteo Machado. Educação de Surdos – aspectos histórico-linguístico-culturais da comunidade surda. <i>Revista Educação Pública</i>, v. 21, nº 35, 21 de setembro de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/35/educacao-de-surdos-r-aspectos-historico-linguistico-culturais-da-comunidade-surda QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
--	--	--	--

			SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
--	--	--	--

DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60h	A Educação Especial: Pressupostos históricos e políticos. Deficiência Intelectual: concepções da diferença e compreensão da deficiência intelectual. Deficiência Intelectual e alfabetização: aspectos neurológicos e pedagógicos do desenvolvimento e da aprendizagem. Alfabetização de estudantes com Deficiência Intelectual e práticas pedagógicas significativas.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANTUNES, C. Inteligências Múltiplas e seus Jogos. Vol. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Petrópolis, RJ: INTELLECTUAL COM 60 Pressupostos históricos e Editora Vozes, 2008. ANTUNES, C. Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas. Fascículo 3. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. BISOL, C. A. VALENTINI, C. B. Termos e conceitos. Projeto Incluir. UCS/CNPq/FAPERGS, 2017. Disponível em: https://proincluir.org/deficiencia-intelectual/termos-e-conceitos/. Acesso em 11 nov. 2021. BRANCO, V.; SIMONIAN, M. Alfabetização e Linguagem. Curitiba: CIPEAD/UFPR, 2010. _____, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021. _____, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução N° 4, de 2 de estudantes com deficiência outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 11 nov. 2021. _____, Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento Educacional especializado na Educação Básica. _____, Ministério da Educação. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. _____, Lei n° 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2011-2014/2012/lei/li2764.htm. Acesso em: 10 nov. 2021. _____, Senado Federal. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei n° 13.146/2015. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf. Acesso em 7 jul. 2021. _____, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: http://fbasenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCEIEF110518versaofinalsite.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de
--	-----	---	---

			Alfabetização. Brasília: MEC, Secretaria de Alfabetização (SEALF), 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/images/banners/cademopnafinal.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021. _____. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto1d6949.htm. Acesso em: 10 nov. 2021. _____. Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020- Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 10 nov. 2021. (Em análise de mérito no STF, a partir da ADJ 2590 MC DF) _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. Brasília: MEC/SEMESP, 2020. (Instituída pelo Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020. Em análise de mérito no STF, a partir da ADI 2590 MC DF). _____. BRASIL, Ministério da Saúde. Coordenação de Gestão de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - CPCDT. Diagnóstico Etiológico de Deficiência Intelectual. Relatório de recomendações - Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Brasília: 2020. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Consultas/Relatorios/2020/RelatorioDeficiencia_Intelectual_CP_40_2020.pdf. Acesso em: 2 set 2021. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. MEC. Micro dados do censo escolar. Brasília, 2020. CAPOVILLA, F. C.; SEABRA, A. G. Alfabetização: Método Fônico. 6 ed. São Paulo: Memnon, 2021. CARVALHO, R.E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2010. COCCO, M.F.; HAILER, M.A. Didática de Alfabetização: decifrar o mundo: socio construtivismo. São Paulo: FTD, 1996. FARIAS, A. C. de; CORDEIRO, M. L.; ALMEIDA; S. V.; et al. Brincar para aprender: a Neurociência e a Psicopedagogia no Processo de Aprendizagem. In: CORDEIRO, M. L.; FARIAS, A. C. de. Mecanismos cerebrais de aprendizagem e memória. Curitiba: Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, 2015. FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Tradução: Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mario Corso. Porto Alegre: Artmed, 1999.
--	--	--	--

			FONSECA, V. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 4aed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a. _____. Modificabilidade cognitiva: Abordagem neuropsicológica da aprendizagem humana. 2ª ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2009b. GARCIA, J. C. D.; FILHO, T. A. G. Pesquisa Nacional de Tecnologia Assistiva. São Paulo: ITS BRASILIMCTI-SECIS, 2012. GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J.; FIGUEIREDO, R. V. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual. Brasília: MEC; (Fortaleza): Universidade Federal do Ceará, 2010. GONÇALVES, A. G.; CIA, F; CAMPOS, J. A. P. P. Letramento para o Estudante com Deficiência. (Org). In: GALVANI, M. D.; MENDES, M. 1. S. Letramento para estudantes com deficiência intelectual. São Carlos, SP: UFSCAR. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi-MEC, 2018 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. _____. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)2012. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015. Acesso em: 10 nov 2021. JOLIBERT, J. Formando crianças produtoras de textos. Trad. Walquíria M. F. Settineri e Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. JOSÉ, E. da A.; COELHO, M.T. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Editora Ática, 1997. PAN, M. A. G. de S. O direito à diferença: Uma Reflexão Sobre a Deficiência Intelectual e Educação Inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2008. MAZZOTTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996. MORAIS, A. M. P. Distúrbios da Aprendizagem. São Paulo: Edicon, 1997. RELVAS, M. P. Neurociência na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. _____. Sob o comando do cérebro: entenda como a neurociência está no seu dia a dia. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018. ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. Transtornos da Aprendizagem - Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. In: RIESGO, R. S. Anatomia da aprendizagem. Porto Alegre:
--	--	--	---

			Artmed, 2006. ROMANELLI, E.J. Neuropsicologia aplicada aos distúrbios de aprendizagem &quot;prevenção e terapia&quot;. In: temas em educação II - Livro das Jornadas, Pinhais: Futuro congressos e eventos, 2003. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo. Ática, 2002. _____. M. Novas Práticas de Leitura e de Escrita: letramento e cibercultura. Campinas: Educação e Sociedade, vol. 23, n. 81, 2002. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br/. acesso em: 22 out 2021. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARCELINO, M.J.S. Avaliação da aprendizagem do estudante com Deficiência Intelectual: que saberes são necessários ao professor? 1 ed. Curitiba: Appris, 2020. ROSA. K.N.S. Deficiência Intelectual: primeiras experiências de escolarização. Curitiba: CRV, 2017. ZANATTA, S.R. Pedagogia e Mediação em Reuven Feuerstein: o processo de mudança em adultos com história de deficiência. São Paulo: Plexus, 2002. FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de Feuerstein. 2 ed. Porto Alegre: Art Médicas, 1995. SOARES, V. Práticas pedagógicas vivenciais. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
--	--	--	---

DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	60h	Definições de deficiência visual (definição legal, educacional e popular) Identificar problemas visuais dos alunos na escola e aprender como lidar com alunos de baixa visão. Princípios norteadores da educação da pessoa com deficiência visual. Recursos ópticos e não ópticos. Alfabetização de pessoas com baixa visão.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRAGA, N. C.; MORRIS, J. E. Programa para desenvolver a eficiência no funcionamento visual: livro de informações sobre visão subnormal. Fundação para o livro do cego no Brasil, 1985. CARVALHO, K. M. M. et. al. Visão subnormal: orientações ao professor do ensino regular. Campinas: UNICAMP, 1992. HADDAD, M. A. O.; SAMPAIO, M. W.; JOSÉ, N. K. Auxílios para baixa visão. São Paulo: Lara Mara, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BATISTA, E. O processo de ajustamento à cegueira. São Paulo, apostila do curso de orientação e mobilidade, EPM/ MEC/ CENESP/ FLCB, 1975. FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Disponível em: www.fundacaodorina.org.br LIMA, E. C.; NASSIF, M. C. M.; FELIPPE, M. C. G. C. Convivendo com a baixa visão: da criança à pessoa idosa. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para cegos, 2008. MARTIN, M. B.; BUENO, S. T. Deficiência visual: aspectos psicoevolutivos e educacionais. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003. SAMPAIO, M. W. et al. Baixa visão e cegueira: os caminhos para reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2010.
---	-----	--	--

10.2 TRILHA FORMATIVA – AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENSINO FUNDAMENTAL I, II E EJA	90h	Atendimento Educacional Especializado no contexto do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos. Atendimento Educacional Especializado, adaptação e tecnologia. O plano educacional individualizado no atendimento de demandas particulares de aprendizagem. O desenho universal para a aprendizagem como modo de atendimento de qualquer estudante.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARANHA, M.S.F. Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000448.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. ARANHA, M.S.F. Adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000449.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. BERSCH, R. Tecnologia Assistiva – TA. In: SCHIRMER, C.R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.31-37. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. BERSCH, R.; MACHADO, R. Auxílio em Atividades de Vida Diária – Material Escolar e Pedagógico Adaptado. In: SCHIRMER, C.R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Física. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.41-53. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. BRASIL. Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022.

			BRAUN, P.; VIANNA, M.M. O desafio da diversidade na sala de aula: práticas de acomodação/adaptação, uso de baixa tecnologia. In: NUNES, L.R.O.P. [<i>et al.</i>] (Org.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.93-106. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20é%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20práticas%20na%20educação%20do%20aluno%20com%20deficiência.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. CAMPOS, I.M. Projeto Assino Embaixo: a grafia do nome e a assinatura na construção de identidade de pessoas cegas. In: SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.41-46. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. CORRÊA NETTO, M.M.F. Conversando com a(o) professora(o) do aluno que apresenta autismo e síndrome de Asperger. In: NUNES, L.R.O.P. [<i>et al.</i>] (Orgs.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.151-162. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20é%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20práticas%20na%20educação%20do%20aluno%20com%20deficiência.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. GLAT, R.; VIANNA, M.M.; REDIG, A.G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista, v.34, n.12, 2012, p.79-100. Disponível em: < https://educinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/GLAT_VIANNA_REDIG_Artigosemperiodicos_2012.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. GOMES, A.L.L. <i>et al.</i> Relato de uma experiência em Atendimento Educacional Especializado. In: GOMES, A.L.L. <i>et al.</i> Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.29-42. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. MARTINS, S.A.; PATTUZZO, K.G. Acesso e permanência para alunos com deficiência visual na educação de jovens e adultos: possibilidades e tensões no atendimento educacional especializado. In: JESUS, D.M.; VICTOR, S.L.; GONÇALVES, A.F.S. (Org.) Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no observatório estadual de educação especial. São Carlos: ABPEE, 2015, p.253-258. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/formacao.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022.
--	--	--	--

			NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, v.5, n. 2, p.126-143, 2015. Disponível em: < https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/84/pdf >. Acesso em 11 jan. 2020. PELOSI, M.B. Tecnologia assistiva. In: NUNES, L.R.O.P. [et al.] (Orgs.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.37-46. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20%C3%A9%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20pr%C3%A1ticas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20aluno%20com%20defici%C3%AAncia.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. RODRIGUEZ, E.R. Disbicicléticos. Revista Síndrome de Down, n.22, 73-74, 2005. Disponível em: < http://www.downcantabria.com/revistapdf/85/73-74.pdf >. Acesso em 11 jan. 2022. SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Recursos Didáticos. In: SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.26-38. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. SACKS, O. Um antropólogo em Marte. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, v. 22, n.2, p.147-155, 2018. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207 >. Acesso em 11 jan. 2020. ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em 11 jan. 2020. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BARROS, C. R., & HATTGE, M. D. (2022). Relações colaborativas entre o Atendimento Educacional Especializado e Educação de Jovens e Adultos. Retratos Da Escola, 15(33), 997–1012. https://doi.org/10.22420/rde.v15i33.1293 BUENO, José Geraldo Silveira. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) COMO PROGRAMA NUCLEAR DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A INCLUSÃO ESCOLAR. Tópicos Educacionais, [S.l.], v. 22, n. 1, maio 2017. ISSN 2448-0215.
--	--	--	---

			Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22433>. Acesso em: 06 ago. 2023. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf CEZÁRIO, A. P. B.; ZANATA, E. M. Atendimento educacional especializado e a Educação de Jovens e Adultos: arte e estéticas inclusivas. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181342 CORREIA, G. B.; BAPTISTA, C. R. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias?. Revista on- line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 716–731, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11905. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11905. Acesso em: 6 ago. 2023. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf SALVINI, R. R., Pontes, R. P., RODRIGUES, C. T., & Silva, M. M. da C.. (2019). Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. <i>Estudos Econômicos (São Paulo)</i>, 49(3), 539–568. https://doi.org/10.1590/0101-41614934rrcm TANNÚS-VALADÃO, G., MENDES, E. G. (2018). Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. <i>Revista Brasileira De Educação</i>, 23, e230076. https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076
--	--	--	---

			BRAUN, P.; VIANNA, M.M. O desafio da diversidade na sala de aula: práticas de acomodação/adaptação, uso de baixa tecnologia. In: NUNES, L.R.O.P. [et al.] (Org.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.93-106. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20é%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20práticas%20na%20educação%20do%20aluno%20com%20deficiência.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. CAMPOS, I.M. Projeto Assino Embaixo: a grafia do nome e a assinatura na construção de identidade de pessoas cegas. In: SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.41-46. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. CORRÊA NETTO, M.M.F. Conversando com a(o) professora(o) do aluno que apresenta autismo e síndrome de Asperger. In: NUNES, L.R.O.P. [et al.] (Orgs.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.151-162. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20é%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20práticas%20na%20educação%20do%20aluno%20com%20deficiência.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. GLAT, R.; VIANNA, M.M.; REDIG, A.G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista, v.34, n.12, 2012, p.79-100. Disponível em: < https://educinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/05/GLAT_VIANNA_REDIG_Artigosemperiodicos_2012.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. GOMES, A.L.L. et al. Relato de uma experiência em Atendimento Educacional Especializado. In: GOMES, A.L.L. et al. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.29-42. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. MARTINS, S.A.; PATTUZZO, K.G. Acesso e permanência para alunos com deficiência visual na educação de jovens e adultos: possibilidades e tensões no atendimento educacional especializado. In: JESUS, D.M.; VICTOR, S.L.; GONÇALVES, A.F.S. (Org.) Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no observatório estadual de educação especial. São Carlos: ABPEE, 2015, p.253-258. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/formacao.pdf >. Acesso em: 11 jan de 2022.
--	--	--	--

			NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, v.5, n. 2, p.126-143, 2015. Disponível em: < https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/84/pdf >. Acesso em 11 jan. 2020. PELOSI, M.B. Tecnologia assistiva. In: NUNES, L.R.O.P. [et al.] (Orgs.) Comunicar é preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência. Marília: ABPEE, 2020, p.37-46. Disponível em: < https://www.abpee.net/pdf/livros/Comunicar%20é%20preciso%20-%20em%20busca%20de%20melhores%20práticas%20na%20educação%20do%20aluno%20com%20deficiência.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. RODRIGUEZ, E.R. Disbicicléticos. Revista Síndrome de Down, n.22, 73-74, 2005. Disponível em: < http://www.downcantabria.com/revistapdf/85/73-74.pdf >. Acesso em 11 jan. 2022. SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Recursos Didáticos. In: SÁ, E.D.; CAMPOS, I.M.; SILVA, M.B.C. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p.26-38. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf >. Acesso em: 11 jan. 2022. SACKS, O. Um antropólogo em Marte. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, v. 22, n.2, p.147-155, 2018. Disponível em: < http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207 >. Acesso em 11 jan. 2020. ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?format=pdf&lang=pt >. Acesso em 11 jan. 2020.
--	--	--	---

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	60h	Breve histórico referente à educação das pessoas com deficiência visual; Conceitos envolvendo cegueira e baixa visão; Atendimento educacional especializado: conceitos e normas no âmbito do Ensino Fundamental para estudantes cegos ou com baixa visão. Introdução ao Sistema Braille, Métodos e Técnicas básicos do uso do Soroban, Noções de Orientação e Mobilidade para estudantes com deficiência visual, Recursos ópticos e não ópticos voltados aos estudantes com baixa visão, Materiais didático-pedagógicos adequados e acessíveis aos estudantes com deficiência visual. Articulação entre o atendimento educacional especializado e o ensino comum.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). MIN, H. Y; SAMPAIO, M. W; HADDAD, M. A. O. Baixa visão : conhecendo mais para ajudar melhor: volume III, São Paulo : Conselho Brasileiro de Oftalmologia : Laramara, 2018. SILVA, Paulo R. J. Inclusão de estudantes com deficiência visual nos jogos de linguagem envolvendo a Matemática. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática. Cuiabá: UFMT/UFPA/UEA, 2018. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FELIPPE, João Á. M. Caminhando juntos: manual das habilidades básicas de orientação e mobilidade: volume IV/São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia: Laramara, 2018. (Série deficiência visual) DE MASI, Ivete. Deficiente visual: educação e reabilitação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2002 (Programa Nacional de Apoio aos Deficientes Visuais). BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 208 p. (Série :Saberes e práticas da inclusão) CAZZANELLI, Paola; KLEIN, Rejane R. Aprendizagens dos alunos com deficiência visual e o Atendimento Educacional Especializado — AEE. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, v. 27, n. 62, e276206, 2021 BRASIL. SOROBAN Manual de Técnicas Operatórias para Pessoas com Deficiência Visual – Brasília:Ministério da Educação, 2012.
--	--	--	--

AEE: ENSINO MÉDIO	60h	Educação Especial ao Atendimento Educacional Especializado; Salas De Recursos Multifuncionais; O planejamento do Atendimento Educacional Especializado no Ensino Médio; Os recursos de Tecnologia Assistiva no Ensino Médio; A adequação curricular; Construção colaborativa entre o professor regente e o professor do AEE.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre-RS, 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3472541/mod_resource/content/1/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientad-or-multifuncionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 de jan. De 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2/2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2024. BRASIL. Resolução CEE/PI nº 146/2017 (*). Normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Estado do Piauí Teresina, PI, 2017. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/cee-pi-cee-pi-n-146-17_5c1a61b7f200d.pdf?query=ESPECIAL. Acesso em 20 de jan. de 2024. SILVA, W. P.; MOL, G. S.; SANTANA, R. O. A Educação Inclusiva: perspectivas e desafios na educação superior. In: Regina da Silva Pina Neves; Raquel Carneiro Dörr. (Org.). Formação de Professores de Matemática Desafios e Perspectivas. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 65-82. SILVA, Milena Rosane. Adequação Curricular uma prática educacional inclusiva. / Milena Rosane da Silva – Brasília- 2015. 44 f. Disponível em:
-------------------	-----	--	--

			https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14550/1/2015_MilenaRosanedaSilva_tcc.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. SOUSA, Maria das Dores Pereira de; BONA, Sônia Maria Dias ; VELOSO, Vívien Maria Cortez e Soares; RESENDE, Maria Gorete. Diretrizes Operacionais para as Salas de Recursos Multifuncionais: Atendimento Educacional Especial-AEE. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/6-Diretrizes_Operacionais_para_SRM.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. SOUSA, M. das D. Pereira de. (Org.). Protocolo de Observação e Avaliação Funcional-POAF. 50,p. Separata de: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Operacionais para Sala de Recursos Multifuncionais: Atendimento Educacional Especializado – AEE. Teresina: Secretaria de Estado da Educação/ SEDUC, 253p.,2010, ISBN: 978-85-8320-200-4. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/normativas/normativa_271721902.poaf.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado: leis, decretos e documentos gerais. Disponível em: https://www.pcdlegal.com.br/leisacessibilidade/wp-content/themes/leisacessibilidade/livrodigital/files/assets/basic-html/index.html#15. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. LEI Nº 8133, DE 29 DE AGOSTO DE 2023. Implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública do Estado do Piauí.Teresina, PI, 2023 Disponível em: https://sapl.al.pi.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/5777/lei_no_8133.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. LEI Nº 5179, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018. "Programa de Inclusão a prática de Educação Física adaptada" nas escolas do município de Teresina. (*). Teresina, PI, 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br (Leis Municipais). Acesso em 20 de jan. de 2024.
--	--	--	---

			BRASIL. PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 1863/2022. Implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública do Estado do Piauí. Teresina, PI, 2022. Disponível em: https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/normativas/75-normativas-17-11-2022-10-28-44.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais: 5. Adaptações curriculares de grande porte. Brasília: Ministério da Educação, C327 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha05.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Projeto Escola Viva-Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais: 6. Adaptações curriculares de pequeno porte. Brasília: Ministério da Educação, C327 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cartilha06.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafi a Braille para a Língua Portuguesa / elaboração : Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. Plano nacional de tecnologia assistiva / Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. 70 p. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes-mcti/plano-nacional-de-tecnologias-assistiva/pnta_-documento_web.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. BRASIL. PARECER CNE/CP Nº: 50/2023: Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2023-pdf/254501-pcp050-23/file. Acesso em 20 de jan. de 2024.
--	--	--	--

			CANAL SAÚDE OFICIAL. Em Família - Inclusão do Aluno com Deficiência. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MhCzSsRe6JE. Acesso em 20 de jan. de 2024. CEFOPE ES. "AEE: O QUE É? COMO FAZER?" Profª Drª Maria Teresa Eglér Mantoan. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nriB_E2BPd8. Acesso em 20 de jan. de 2024. CREA CEILÂNDIA. Adequação curricular: como fazer. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KNV77UI_mb4. Acesso em 20 de jan. de 2024. Educação inclusiva e a valorização das diferenças. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-e-a-valorizacao-das-diferencas. Acesso em 20 de jan. de 2024. INCLUTOPIA. Sala de Recursos/AEE: por que utilizar o portfólio. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VQMR02s1-BY. Acesso em 20 de jan. de 2024. JONAS AMORIM. O Garoto Selvagem. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bS17fSGCZAk. Acesso em 20 de jan. de 2024. LÁZARO, André. Um histórico e as dimensões da educação inclusiva. 2023. Disponível em: https://diversa.org.br/artigos/por-uma-educacao-na-perspectiva-inclusiva/. Acesso em 20 de jan. de 2024. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?— São Paulo : Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em 20 de jan. de 2024. MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogia, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em : https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/. Acesso em 20 de jan. de 2024.
--	--	--	--

			Plano de Aula Adaptado para Alunos com Deficiência Intelectual: como fazer. Disponível em: https://baitacursos.com.br/plano-de-aula-adaptado-para-alunos-com-deficiencia-intelectual-como-fazer/. 2023. Acesso em 20 de jan. de 2024. RODRIGUES, Leandro. Atendimento Educacional Especializado: a verdade do AEE na escola. 2018. Disponível em: https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-aee-na-escola/. Acesso em 20 de jan. de 2024. RODRIGUES, Leandro. Tecnologia Assistiva: o que é e como usar na escola sem saber informática. 2019. Disponível em: https://institutoitard.com.br/tecnologia-assistiva-o-que-e-e-como-usar-na-escola-sem-saber-informatica/. Acesso em 20 de jan. de 2024. PAGANELLI, Raquel. Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência. 2018. Disponível em: https://diversa.org.br/artigos/na-educacao-inclusiva-a-pessoa-vem-antes-da-deficiencia/. Acesso em 20 de jan. de 2024.
--	--	--	--

PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	90h	Público da educação especial no contexto do Ensino Superior. Histórico do Ensino Superior brasileiro. Políticas e ações voltadas ao público da educação especial no Ensino Superior. Os Núcleos de Acessibilidade no âmbito das Instituições de Ensino Superior. Tecnologias Assistivas e os Núcleos de Acessibilidade. O desenho universal para a aprendizagem, a adaptação curricular/pedagógica, a tutoria entre pares, o Sistema de Suporte Multicamada, o Desenho Universal para a Aprendizagem, Abordagem do Ensino Diferenciado e a Aprendizagem Cooperativa.	BERNARDO, Nairim. A história do Ensino Superior Brasileiro. 2022. Disponível em: https://iqc.org.br/observatorio/artigos/educacao/a-historia-do-ensino-superior-brasileiro/. Acesso em 13 dez. 2023. CABRAL, Vinícius Neves de; ORLANDO, Rosimeire Maria; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. Educ. Real, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432020000400608&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 15 abr. 2024. CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. O que é o ensino colaborativo? 1º ed. São Paulo: Edicon, 2019. FERNANDES, W. L.; COSTA, C. S. L. DA. Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico e Superior. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, n. 1, p. 39–56, jan. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/NdbbF87fYFSTdrRwwLB8hWP/ . Acesso em: 21 de abr. 2024. LEHMKUHL, Márcia de Souza. As Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para o Ensino Superior. Inclusão no Ensino Superior. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/7182/LIVRO_INCLUS_O_NO_ENSINO_SUPERIOR_2_16517870970615_7182.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2024 MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (org.). Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais. Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/E-book+-++Inclus%C3%A3o+universit%C3%A1ria+no+s%C3%A9culo+XXI.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2024. MENDES, E. G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. 1 ed. 3 reimpressão. São Carlos: UFSCar, 2023. MENDES, Enicéia Gonçalves. Práticas inclusivas inovadores no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. 1 ed. Encontrografia Editora, 2023. SÁ, Ana Claudia Maranhão; DÉA, Vanessa Helena Santana Dalla. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: reflexões e ações em universidades brasileiras. [Ebook]. Goiânia: Cegraf, UFG,
--	------------	---	---

			2020. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/688/o/CI_Acessibilidade_Inclusao_Ensino_Superior.pdf. Acesso em: 21 de abr. 2024 SILVA, M. do C. L. da; MENDES, E. G. Formação de professores em contextos colaborativos: o desenho universal para a aprendizagem nas aulas de matemática. Com a Palavra, o Professor. [S. l.], v. 7, n. 17, p. 60–78, 2022. DOI: 10.23864/cpp.v7i17.768. Disponível em: http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/article/view/768 . Acesso em: 19 abr. 2024. SONZA, A. P. [et al]. Conexões Assistivas: Tecnologia Assistiva e Materiais Didáticos Acessíveis. 1 Ed. Erechin, RS: Graffoluz Editora. 2020. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/conexoes-assistivas-tecnologia-assistiva-e-materiais-didaticos-acessiveis/. Acesso em: 10 de dez. 2023. SONZA, A. P. [et al]. Mosaico acessível: tecnologia assistiva e práticas pedagógicas inclusivas na educação profissional. Maringá, PR, Gráfica e Editora Massoni, 2022. Disponível em: https://cta.ifrs.edu.br/livro-mosaico-acessivel/. Acesso em: 10 de dez. 2023. ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, v. 47, e233730, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730. Acesso em: 10 abr. 2024. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf . Acesso em 13 dez. 2023. BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 13 dez. 2023. BRASIL. Ministério da Educação. Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Secadi/Sesu-2013. Brasília/DF, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 13 dez. 2023.
--	--	--	---

10.3 COMPONENTE COMUM ÀS DUAS TRILHAS

DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO	15h	Princípios norteadores e Estrutura do Curso. Informações gerais sobre a dinâmica das aulas. Processo de Certificação. Principais canais de comunicação.	UFPI. CEAD. PPC do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado- AEE

SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO FINAL	30h	Perfil do professor da sala de AEE; Montagem da sala de recursos multifuncionais; Dinâmica de atuação no Atendimento Educacional Especializado	BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Decreto n. 7.611 de 17/11/2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República, 2011. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm > . Acesso em 10/03/2024 BRASIL. Resolução nº 4 de 02/10/2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (mec.gov.br), Acesso em 10/03/2024. BRASIL. Nota Técnica SEESP/GAB nº19 de 08/09/2010. Sobre Professores de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: NOTA TÉCNICA 1920192010 0000001.pdf (ocara.ce.gov.br) , Acesso em 12/03/2024. BRASIL. Decreto 7.611 de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República, 2011. Disponível em: Decreto nº7611 (planalto.gov.br), Acesso em 12/03/2024. BRASIL Ensaios Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em , ,http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf >Acesso em 12.03.2024. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar" fascículos 1,2,3,4,5,6,7,8,9 e 10. Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article Acesso em: 17 de Fevereiro de 2024 Coleção Atendimento Educacional Especializado. AEE Surdez; AEE Deficiência Física, AEE Deficiência Mental; AEE - Deficiência Visual; AEE - Orientações Gerais e Educação a Distância. Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article Acesso em: 10 de março de 2024. Coleção Saberes e Práticas da Inclusão - Educação Infantil e Ensino Fundamental . Disponíveis em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=860&id=12625&option=com_content&view=article Acesso em: 12 de março de 2024 BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2006.
---	-----	---	--

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	90	Artigo científico segundo ABNT NBR 6022. Estrutura do artigo no curso de Especialização em AEE. Abordagens quantitativas e qualitativas na pesquisa em Educação e Educação Especial. Investigação de experiências educacionais escolares e não escolares relacionadas à Educação especial. Organização para imersão no campo investigado. Produção dos dados ; Análise de dados; Escrita do artigo científico com tema em Educação Especial e Inclusiva.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA PLETSCH, Márcia Denise; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga de (Orgs.). Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional: pesquisa, extensão e formação de professores [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro : NAU Editora, 2020. E-Book: 4.2 Mb, PDF. Disponível em: https://naueditora.com.br/wp-content/uploads/2021/02/NauEditora-Observatorio_de_Educacao_Ebook-gratuito.pdf Acesso em: 12.05.2024. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de,. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf Acesso em: 23.02.2024 CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; DUARTE, Francisco Ricardo; MENEZES, Afonso Henrique Novaes; SOUZA Tito Eugênio Santos (Orgs). Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019. 83 p. Livro digital. Disponível em: file:///C:/Users/Carla%20Andrea/Downloads/LIVRO%20de%20Metodologia%20Cient%C3%ADfica.pdf Acesso em: 30.01.2024 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ABNT NBR 6022 ABNT NBR 6023 ABNT NBR 6028 ABNT NBR 10520 MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. (Orgs). Pesquisa em educação especial: cenários de formação docente e de práticas pedagógicas inclusivas [recurso eletrônico] . João Pessoa: Ideia, 2021. Disponível em: https://www.ideiaeditora.com.br/produto/pesquisa-em-educacao-especial-cenarios-de-formacao-docente-e-de-praticas-pedagogicas-inclusivas/ Acesso em: 24.04.2024.
---	---------------------------------------	---	--

11 CORPO DOCENTE

11.1 TRILHA FORMATIVA – AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO

DOCENTE	CPF	Disciplina(s)	Titulação	Vínculo	Link do Currículo Lattes
MARIA DILMA ANDRADE VIEIRA DOS SANTOS	280.054.575-53	SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO	Mestre em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/0253896232475835
MARIA AUGUSTA ROCHA BEZERRA		ATENDIMENTO PRECOCE E EDUCAÇÃO INFANTIL	Mestre em Educação	UFPI	https://lattes.cnpq.br/3958816671645094
THAYS NAYARA FRAZÃO SILVA	016.895.523-79	DEFICIÊNCIA VISUAL (CEGUEIRA) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO NO SISTEMA BRAILLE	Especialização em Educação Inclusiva	EXTERNO	http://lattes.cnpq.br/4214629497159504
LUZIA CARVALHO DE SOUSA	516.997.103 68	DEFICIÊNCIA VISUAL (BAIXA VISÃO) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	Especialização em Psicopedagogia, AEE e Deficiência Visual	SEDUC	http://lattes.cnpq/9783077980746548
FRANCISCA MARIA VIEIRA GONÇALVES GUEDÊLHA	439.551.003-59	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO	Especialização em Psicopedagogia e AEE	EXTERNO	http://lattes.cnpq.br/7695272217259781
CARLA NATALY ANDRADE PITHON	673.562.655-91	DEFICIÊNCIA AUDITIVA (ORALIZADOS) COM ÊNFASE EM ALFABETIZAÇÃO COM ABORDAGEM FÔNICA	Mestre em Letras	EXTERNO	http://lattes.cnpq.br/4291905484423865

11.2 TRILHA FORMATIVA – AEE: ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	TITULAÇÃO	VINCULO	LINK DO CURRÍCULO LATTES
VANESSA NUNES DOS SANTOS	019.183.773-32	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ENSINO FUNDAMENTAL I, II E EJA	Doutora em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/4903457958021421
PAULO ROBERTO DE JESUS SILVA	280.054.575-53	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	Doutorado em Ciências e Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/2546412775041668
TERESA CRISTINA DE ARAÚJO	714.871.901-15	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ENSINO MÉDIO	Especialista em Educação Especial e Libras-FAEME	SEDUC	http://lattes.cnpq.br/7172864277257728
RAFAELLA SANTIAGO SOUSA	040.122.873-89	PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	Mestre em Ciência Política	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8270105175388052
CARLA ANDRÉA SILVA	934.996.983-15	SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO FINAL	Doutora em Educação: Psicologia da Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/4903457958021421

11.3 COMPONENTE CURRICULAR COMUM

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	TITULAÇÃO	VÍNCULO	LINK DO CURRÍCULO LATTES
CARLA ANDRÉA SILVA	934.996.983 -15	SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO FINAL TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Doutora em Educação: Psicologia da Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/5881902688945746
MARIA DILMA ANDRADE VIEIRA DOS SANTOS	280.054.575- 53	SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO FINAL TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Mestre em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/0253896232475835
LETÍCIA CAROLINA PEREIRA DO NASCIMENTO	035058623- 39	SEMINÁRIO INTEGRADOR DE CURSO	Doutora em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7740026689471870

11. ATRIBUIÇÕES DOCENTES

São atribuições dos docentes junto ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) do CEAD/UFPI:

- Planejar a organização didático-pedagógica da disciplina, o que implica selecionar e/ou produzir, definir e adequar conteúdos, objetivos, metodologias, materiais de ensino e procedimentos de avaliação da aprendizagem, considerando a ementa e a bibliografia do PPC do Curso;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Disciplina e o Plano de Trabalho com o detalhamento da organização didático-pedagógica da disciplina e o cronograma de execução das atividades, conforme o calendário acadêmico do curso;
- Planejar e conduzir atividades de formação dos tutores quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento da disciplina, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso.
- Realizar a organização didático-pedagógica da disciplina nas turmas virtuais do SIGAA, disponibilizando, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento da disciplina;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Deslocar-se até os núcleos de apoio presencial do curso para coordenar, supervisionar, acompanhar e/ou conduzir atividades próprios do processo de aprendizagem dos alunos, inclusive ministrar aulas presenciais sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, conforme cronograma definido pela Coordenação do Curso;
- Coordenar, orientar e supervisionar, por meio de contatos permanentes, o trabalho dos tutores que atuam na disciplina sob sua responsabilidade, tanto nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem quanto nos núcleos de apoio presencial;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, os instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos, conforme previsto no Plano de Disciplina e nos regimentos da UFPI, com gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota;

- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir e/ou conferir as notas atribuídas nas atividades e avaliações e consolidar as turmas relativas à disciplina sob sua responsabilidade, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- Gravar aulas (atividade assíncrona) sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, inserir/publicar o vídeo em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, e disponibilizar o link nas turmas virtuais do SIGAA, quando solicitado, no prazo determinado;
- Ministras aulas sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina por meio de web conferências (atividade síncrona), em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, quando solicitado, no prazo determinado;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Orientar monitoria, iniciação à docência, residência pedagógica, iniciação científica e outros programas de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, quando solicitado pela Coordenação do Curso;
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela SEMESP/MEC;
- Apresentar à Coordenação do Curso relatório de viagens aos núcleos de apoio, com o registro das atividades realizadas nos encontros presenciais.

12 EQUIPE DE TUTORIA

O curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) contará com tutores que atuarão junto às turmas virtuais e/ou aos núcleos de apoio presencial, cujas atribuições incluirão:

- Participar, junto aos docentes, do processo de planejamento e organização didático-pedagógica das disciplinas;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Trabalho com o cronograma de atividades que desempenhará, conforme o calendário acadêmico do curso;

- Participar das atividades de formação quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento das disciplinas, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso.
- Familiarizar-se, previamente, da organização didático-pedagógica das disciplinas nas turmas virtuais do SIGAA, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, observando orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento das disciplinas;
- Orientar e auxiliar os alunos quanto ao uso das ferramentas tecnológicas e recursos didáticos próprios das turmas virtuais do SIGAA ou de outros ambientes virtuais de aprendizagem;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Deslocar-se até os núcleos de apoio presencial do curso para coordenar, supervisionar, acompanhar e/ou conduzir atividades próprios do processo de aprendizagem dos alunos, inclusive ministrar aulas presenciais sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, conforme cronograma definido pela Coordenação do Curso;
- Compartilhar, por meio de contatos permanentes com os docentes, a Coordenação de Tutoria e/ou a Coordenação do Curso, as condições de trabalho junto aos alunos, relatando possíveis dificuldades na mediação do processo de ensino;
- Mediar, orientar e supervisionar todas as atividades acadêmicas desempenhadas pelos alunos nas turmas virtuais do SIGAA e/ou nos núcleos de apoio presencial, incluindo atividades práticas, como aula de campo, aula de laboratório e estágio supervisionado;
- Verificar constantemente o andamento das atividades nas turmas virtuais do SIGAA e/ou nos núcleos de apoio presencial, estimulando a participação dos alunos e chamando atenção quanto ao cumprimento dos prazos;
- Realizar, no prazo determinado pela Coordenação do curso, correção de atividades e de avaliações da aprendizagem dos alunos, seguindo gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota disponibilizados pelos docentes;
- Proceder, no prazo determinado pela Coordenação do curso, à devolutiva da correção de atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, realizadas nas turmas virtuais do SIGAA) e/ou nos núcleos de apoio presencial;

- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir as notas atribuídas nas atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Colaborar com a orientação de monitoria, iniciação à docência, residência pedagógica, iniciação científica e outros programas de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, quando solicitado pela Coordenação do Curso;
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela SEMESP/MEC;
- Apresentar à Coordenação do Curso relatório de viagens aos núcleos de apoio, com o registro das atividades realizadas nos encontros presenciais.

Os tutores deverão possuir perfil acadêmico e profissional aderente à área do curso, com formação e experiência relacionadas às disciplinas em que atuarão, e serão selecionados por meio de processo seletivo público realizado pela Coordenação do Curso, sob a responsabilidade do CEAD/UFPI.

13 METODOLOGIA

O curso adotará a metodologia própria da educação à distância, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA):

- Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta *tarefa on line*;

- Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;
- Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;
- Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC serão utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, YouTube, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e YouTube, entre as quais destacam-se:

- Aulas dialogadas, por meio de videoconferências;
- Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*;
- Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações, projetos de intervenção pedagógica e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.
- Tour Virtual ao Laboratório de Acessibilidade e Inclusão da UFPI - LACI, com orientações sobre o uso de tecnologias assistivas, disponibilizado em canal da especialização no Youtube.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. Os alunos terão acesso a videoaulas com processos de construção de materiais pedagógicos inclusivos (adaptação/criação) sob a orientação de tutores e supervisão da coordenação e do corpo docente do curso.

O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

14 RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O curso será desenvolvido na modalidade de educação a distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 pólos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenação de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual,

laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *on line*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *on line*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

15 PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes será realizada por meio atividades síncronas e assíncronas, como tarefas *online*, fóruns de discussão, lista de exercícios, questionários e provas eletrônicas, entre outros, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com observância aos prazos estipulados. O processo de avaliação da aprendizagem será de natureza qualitativa e quantitativa, observando-se o cumprimento dos prazos, a participação e interação no AVA, a assiduidade, engajamento e colaboração na realização das atividades propostas, a compreensão e o atendimento dos objetivos dos trabalhos e a qualidade das produções. O pré-requisito formal para aprovação será a obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos em cada componente curricular.

16 REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

A certificação no Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) será conferida nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, estando condicionada à conclusão do Curso, a qual poderá ocorrer das seguintes formas:

- a) Por meio do cumprimento, com aproveitamento, das atividades didático-pedagógicas do Curso, destinadas à qualificação de profissionais que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.
- b) Por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pela SEMESP/MEC, destinados à qualificação de profissionais que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e na Educação Superior, em instituições públicas e privadas, na docência, no atendimento especializado, na gestão do ensino ou em programas de educação não escolar, interessados em qualificação conforme as concepções, princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Especial, da BNCC e da BNCC-Formação Continuada.

O Certificado de Conclusão do Curso será emitido por meio digital, em sistema no qual o interessado poderá obter o documento em formato PDF, que incluirá código de verificação, a partir do qual será possível confirmar a autenticidade do documento. O documento conferirá o título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE), com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de pós-graduação *lato sensu*. Considerando as especificidades dos Cursos de Especialização criados nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, com entrada e saída de alunos em fluxo contínuo, o certificado poderá ser emitido a qualquer tempo, condicionado à integralização curricular, mediante cumprimento das atividades didático-pedagógicas ou de aproveitamento de estudos.

REFERÊNCIAS

ABE, Stephanie Kim. **Porque precisamos de Formação docente sobre Inclusão?**

Cenpec.org.br, 2022. Disponível em:

<<https://www.cenpec.org.br/noticias/formacao-docente-inclusao#:~:text=A%20professora%20%C3%8Dvina%20n%C3%A3o%20%C3%A9,com%20algum%20tipo%20de%20defici%C3%Aancia>> Acesso em 16.08.2022

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar** da Educação Superior 2019. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 16.08.2022

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: **Censo Escolar** da Educação Básica **2021**.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Glossário da educação especial: Censo Escolar 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

ANEXO

MANUAL DE TCC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA



MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Teresina
2024



CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Diretora

Lívia Fernanda Nery da Silva

Vice-Diretor

Ildemir Ferreira dos Santos

**Coordenadora do Setor de
Produção do Material Didático**

Maria do Socorro de Andrade Oliveira

**Supervisora do Setor de
Produção do Material Didático**

Rannyelle Andrade da Silva

Coordenadora-geral:

Carla Andréa Silva

Coordenadoras-pedagógica:

Elys Raquel Andrade Ferreira Borges

Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos

Roberta Gomes de Araújo

Diagramação:

Graziela Oliveira Costa

Maria Emanuely Pinheiro do Nascimento

Uliana Rodrigues Vieira

TERESINA

2024



FICHA CATALOGRÁFICA



SUMÁRIO

Apresentação do Manual de TCC	5
Princípios norteadores do Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em AEE/CEAD/SECADI/MEC	6
Características do artigo científico a ser produzido no curso de Especialização em AEE	7
Produção de natureza coletiva do TCC e condições de apresentação	9
Organização e Participação no Ebook do curso de AEE	10
Equipe de trabalho envolvida	11
Normas Gerais para o Artigo	12
ANEXOS:	17
ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACEITE DE ARTIGO JÁ PUBLICADO	18
ANEXO B - MODELO DE ARTIGO COMPLETO	19
ANEXO C - FLUXOGRAMA DE ETAPAS	36



Apresentação do Manual de TCC

O presente manual traz orientações sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Especialização em AEE, abrangendo as trilhas de Educação Infantil e Alfabetização e Ensino Fundamental, Médio e Superior. Ele serve como a materialização do aprendizado teórico e prático desenvolvido ao longo do curso.

Entende-se que a produção de um TCC aprimora as competências desenvolvidas no decorrer do curso, formando um profissional bem mais preparado e compatível com as demandas profissionais, além de atender as prerrogativas presentes na Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

A organização deste manual, de fácil acesso aos cursistas que confiaram na proposta de formação em Atendimento Educacional Especializado(AEE) ofertada pelo Centro de Educação à Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí, ilustra o quanto esta proposta formativa tem sido desafiadora e, ao mesmo tempo, impactante. Essa formação deixará marcas significativas na realidade dos professores atuantes em Educação Especial em dez municípios piauienses, bem como em outros estados da federação.

Desejamos uma excelente leitura!

As organizadoras



Princípios norteadores do Trabalho de Conclusão no Curso de Especialização em AEE/CEAD/SECADI/MEC

No curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE, seja na trilha Educação Infantil e Alfabetização, seja na trilha Ensino Fundamental, médio e superior, prevê-se a materialização do aprendizado por meio da prática de pesquisa, realizada com maior autonomia pelos nossos cursistas. Dessa maneira, os cursistas, por já terem vivenciado uma graduação, certamente conseguem estimar sobre as características e estrutura de um artigo científico, trabalho acadêmico produzido e solicitado de forma recorrente ao longo de qualquer curso de formação inicial/graduação.

Assim, o TCC previsto terá natureza autoinstrucional, ou seja, será realizado pelo cursista sem o acompanhamento de um tutor. Os cursistas acessarão os materiais e conteúdos disponíveis de acordo com seu ritmo de aprendizagem e sua disponibilidade de tempo. Nessa modalidade, os autor(es) do TCC constituem-se como os únicos responsáveis pelo conteúdo reunido, bem como pela formatação e estrutura organizativa deste trabalho acadêmico.

Compreende-se que, considerando a natureza autoinstrucional do TCC do curso de especialização em AEE, não há impedimentos para que os cursistas busquem orientação com tutores, professores do curso de especialização ou ainda profissionais atuantes na Educação Especial para obter algum tipo de orientação sobre a elaboração do artigo científico, solicitado como requisito parcial de aprovação no curso.



Características do artigo científico a ser produzido no curso de Especialização em AEE

O artigo produzido no curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado-AEE poderá ser materializado a partir de um Relato de Experiência, Revisão de Literatura ou de Produtos técnicos (Cartilhas, Manuais, Mapas, Protocolos, etc), sendo uma decisão exclusiva dos cursistas envolvidos no TCC.

Destaca-se que o artigo produzido poderá ser inspirado em Trabalhos apresentados em eventos, artigos já publicados em revistas ou periódicos indexados, ou capítulo, de livro, publicado, no período de Agosto de 2023 a Janeiro de 2025. Esses trabalhos devem abordar uma das temáticas apontadas em um dos oito eixos temáticos do curso. No entanto, o artigo da especialização em AEE não deve conter o mesmo teor e título do trabalho/artigo original. A execução do trabalho de conclusão de curso ocorrerá de forma grupal (podendo ser em duplas ou trios) e em casos excepcionais, após análise da coordenação geral do curso, de forma individual. Essa formatação, será compatível ao número de alunos por turma, em cada núcleo (Aqui sugerimos atenção para evitar que alunos fiquem fora das duplas ou trios). Em tempo, assevera-se que os grupos de trabalho deverão ser preferencialmente constituídos por cursistas do mesmo núcleo e trilha formativa, e o número máximo de pessoas pensadas para cada TCC, teve o propósito de facilitar o acompanhamento dos cursistas pela coordenação de cada núcleo e tutores.

Para fins de organização da coordenação geral do curso de Especialização em AEE e dos seus 10 núcleos, os dados com as informações mais relevantes, relacionadas ao TCC como: modalidade, tema e autores, deverão ser informados



em formulário eletrônico até a data de 20/02/2024
(<https://forms.gle/5JyrG789rRFqTa7Y7>).



Produção de natureza coletiva do TCC e condições de apresentação

Considerando que a maior parte de nossos cursistas realizam uma formação em serviço bem como o quantitativo de cursistas devidamente matriculados no curso de AEE, não realizaremos defesa pública.

Assim que cada coordenação de núcleo acompanhar atentamente a execução do TCC. Tendo em vista que alguns cursista podem se inspirar em publicações suas anteriores ao TCC, caso desejem participar do *ebook*, que será publicado ao final do curso deve-se construir um artigo cujo título e teor não seja idêntico ao já publicado. Além dos cursistas, os docentes e tutores também participarão das publicações.



Organização e Participação no Ebook do curso de AEE

Após avaliação do TCC pelos avaliadores , os cursistas receberão a autorização para o depósito do artigo finalizado, que ocorrerá no SIGAA da disciplina TCC. Nesse momento o(s) cursista(s) deverá(ão) anexar o arquivo do TCC (Artigo científico conforme modelo constante no ANEXO B) para coordenação do curso.

O envio do arquivo final do TCC também deverá ocorrer em até 15 dias depois da autorização para depósito no SIGAA, devendo ser encaminhado ao e-mail: especializacaoaee@ufpi.edu.br. A etapa do envio se constitui como mais uma condição obrigatória para a aprovação dos cursistas. Somente após essas etapas serão tomadas as devidas providências de editoração do *ebook* conforme fluxograma presente no anexo C.



Equipe de trabalho envolvida

A equipe de tutores que acompanha o cotidiano das turmas pertencentes às duas trilhas dos dez núcleos do curso, atuará diretamente na organização da I mostra de TCC, compondo inclusive a comissão de avaliação e comissão científica.

Os tutores de TCC, que atendem aos cursistas que desejam orientações específicas para seus trabalhos, cuja dinâmica de construção é autoinstrucional, deverá conferir apoio aos estudantes de seus núcleos. Esse apoio inclui o processo de delimitação dos temas das pesquisas, indicação de textos referenciais e correção dos TCCs antes da apresentação pública organização das defesas dos trabalhos.

O coordenador deverá contribuir com informações relacionadas às oficinas de produção textual e Normatização ABNT, disponibilizadas na modalidade a distância, que julgar relevantes para o processo de escrita acadêmica dos cursistas. Em tempo, destaca-se que o coordenador de núcleo, juntamente com os respectivos tutores, estarão disponíveis para direcionarem à coordenação do curso de AEE, dúvidas desde que não estejam sob sua gerência, tratando-se de exceções ao estabelecido neste documento.

Será de responsabilidade das secretárias e apoios logísticos do curso caberá tomar as providências necessárias quanto a emissão de documentos como: declarações de participação dos membros da banca examinadora dos TCCs. Eles também deverão fornecer apoio aos núcleos do curso na produção de documentos ou relatórios.

Normas Gerais do Artigo

Formatação:

- Fonte: Time News Roman ou Arial
- Tamanho: 12 para o texto principal e 10 para citações diretas com mais de três linhas e notas de rodapé.
- Espaçamento: 1,5 cm para o texto principal e simples para resumo e abstract, citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, legendas de ilustrações, tabelas e/ou quadros e referências.
- Alinhamento: justificado para o texto principal, incluindo as citações longas com recuo de 4 cm à direita, centralizado para o título e subtítulo (se houver) do artigo e alinhado à esquerda para os títulos e subtítulos (se houver) das seções secundárias.
- Margens: 3 cm para as margens superior e esquerda e 2 cm para as margens direita e inferior.

Citações e referências: conforme as normas técnico-científica da ABNT vigentes.

Redação: gramática normativa da língua portuguesa (incluindo novo acordo ortográfico).

Extensão: no mínimo 8 (oito) e no máximo 12 (doze) laudas, sem contar com as referências.

Numeração das páginas: canto superior direito a 2 cm da borda com algarismos arábicos, fonte tamanho 10, espaçamento simples, sendo que a primeira página é contada, mas não é numerada.

Elementos obrigatórios: título e subtítulo (se houver), identificação do tipo de artigo, autoria(s), resumo e palavras-chave, abstract e keywords, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.



Eixos temáticos em que as pesquisas podem ser desenvolvidas:

1. Práticas Pedagógicas na Perspectiva da educação Inclusiva (Nesse eixo, serão abordadas temáticas que permitam uma articulação entre o AEE e a classe comum, Gestão e ações inclusivas);
2. O AEE e seus segmentos (As pesquisas reunidas nesse eixo poderão abordar o Atendimento educacional especializado destinado ao alunado que é criança/adolescentes/adultos e que por serem pessoa com deficiência, TEA/AH/SD, encontram-se vinculados à Educação infantil, Ensino fundamental, Ensino médio, EJA, ou Educação superior);
3. O Plano de Atendimento Individualizado (As discussões pertencentes a esse eixo temático, se destinam a investigações que possam retratar pormenores da dinâmica bem como especificidades na execução do PEI na Educação básica e Ensino superior);
4. Articulação escola, Pais e familiares (Nesse eixo temático, as investigações poderão se deter sobre a relação entre protagonistas do processo de inclusão escolar em espaços escolares e não escolares);
5. Tecnologias assistivas (As discussões deste eixo poderão englobar investigações sobre recursos, estratégias, produtos, serviços e metodologias que têm como objetivo promover e favorecer a participação dos estudantes com deficiência nos mais diversos contextos educacionais);
6. Produção e aplicação de materiais pedagógicos no AEE (Nesse eixo, serão apresentadas pesquisas, em contextos educacionais relacionados à produção e utilização de materiais pedagógicos no AEE);
7. Formação docente (As discussões reunidas nesse eixo temático abordarão a formação docente em sua relação com os cenários e contextos inclusivos);
8. Normativas e aspectos legais relacionados ao AEE (As pesquisas produzidas nesse eixo temático agregarão discussões sobre aspectos legais e normativos da educação inclusiva e AEE).

Estrutura: conforme orientações para construção de artigo completo, dispostas a seguir.



TÍTULO E SUBTÍTULO (SE HOUVER): CAIXA ALTA, NEGRITO, TAMANHO 14, ESPAÇAMENTO SIMPLES E CENTRALIZADO¹

(indicação do tipo de artigo científico. Apenas as Iniciais Maiúsculas, tamanho 12, espaçamento simples e centralizado)

Nome Completo do(s) Autor(es) do TCC²
(Apenas as Iniciais Maiúsculas, negrito, tamanho 12, espaçamento simples e centralizado)

Resumo

Texto com no máximo 250 palavras, onde se expõe o objetivo do trabalho, a metodologia utilizada e os resultados alcançados, por meio de uma sequência de frases concisas e diretas.

Palavras-chave: Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3.

Abstract

Mesmo texto do resumo apresentado acima em língua inglesa.

Keywords: mesmas palavras-chave em língua inglesa.

Introdução

Esta seção deve apresentar a delimitação da temática, a justificativa e os objetivos do trabalho. A temática deve ser, obrigatoriamente, na área do curso pleiteado, conforme previsto no item 4.3 deste Edital. Contudo, não há necessidade de se contemplar exata e precisamente a respectiva área do curso, sendo suficiente que o objeto do trabalho esteja englobado pela

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em....., realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI, por meio de convênio com a SECADI/MEC

² Trilha AEE:; e-mail:



temática geral da referida área. Por exemplo, no caso da área compreendida pelo Atendimento Educacional Especializado, pode se fazer um relato de experiência sobre práticas inclusivas já vivenciadas e se possível exitosas nos diferentes níveis da Educação básica e Ensino Superior; uma revisão de literatura acerca de temáticas que se relacionem aos direitos e acessibilidades garantidas por lei desde a Educação básica até o Ensino superior; ou uma pesquisa de campo tendo por objeto a proposição de práticas interventivas pelo profissionais que atuam na Educação Especial nas distintas realidades escolares discutidas ao longo do curso.

Desenvolvimento (deve-se atribuir um título e, opcionalmente, um subtítulo para esta seção e suas subseções (se houver))

Dependendo do tipo de artigo científico elaborado, esta seção pode assumir diferentes formatos.

No caso do Relato de Experiência, esta parte pode ser organizada em subseções de descrição e análise da experiência objeto do artigo, evidenciando o contexto da experiência, a forma de registro, o referencial teórico que fundamenta a análise da experiência e as reflexões decorrentes da experiência (aprendizagens, lições, conhecimentos construídos).

No caso da Revisão de Literatura, esta parte pode ser dividida em subseções destinadas à apresentação e discussão dos estudos selecionados, revelando as fontes de pesquisa (base de dados), os critérios de escolha, as categorias ou elementos de análise dos trabalhos consultados e a discussão sobre a relevância e contribuição dos estudos na respectiva área de conhecimento.



Considerações Finais

Esta seção deve apresentar as conclusões do trabalho, retomando os objetivos propostos, de modo a demonstrar como e de qual maneira foram alcançados em relação aos resultados obtidos na pesquisa. Também deve apresentar considerações do autor sobre avanços e limites do estudo, sublinhando sua contribuição na respectiva área de conhecimento ou de atuação profissional, assim como a necessidade de ampliação e aprofundamento da investigação de questões que ficaram sem respostas ou que foram suscitadas pela pesquisa.

Referências

Listagem de todas as referências citadas no trabalho.

Em conformidade com a ABNT mais especificamente a NBR 6023 em vigor.

Anexos e/ou apêndices (se houver)



ANEXOS



ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE ACEITE DE ARTIGO JÁ PUBLICADO

Eu, _____, cursista do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, Trilha _____, do polo de _____. Venho requerer o aceite ao artigo de minha autoria, intitulado _____, publicado em(nome da revista ou periódico indexado ou livro) _____, conforme arquivo em anexo. O artigo atende aos critérios especificados abaixo.

() O artigo foi publicado no período de Agosto de 2023 a Janeiro de 2025;

() A temática apresenta-se dentre um dos oito eixos;

Eixo abordado _____

Para uso da Comissão de Avaliação

() Aceito

() Não aceito

Motivo: _____

Local, ____ de _____ de 2024

Assinatura do(s) cursista(s)



ANEXO B - MODELO DE ARTIGO COMPLETO

SABERES E FAZERES PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UFPI

Rafaella Santiago Sousa
UFPI -Universidade Federal do Piauí

Maria Dilma Andrade Vieira dos Santos
UFPI -Universidade Federal do Piauí

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo
UFPI -Universidade Federal do Piauí

Eixo Temático - Práticas de inclusão escolar no ensino superior
Categoria – Pôster - Relato de experiência

O relato é resultado de um projeto intitulado “Saberes e fazeres da prática inclusiva”, com ações e atividades desenvolvidas no Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU). Este núcleo atua promovendo ações institucionais que possibilitam o acesso e a permanência de estudantes público- alvo da educação especial na Universidade Federal do Piauí (UFPI). O projeto tem por objetivo inserir estudantes da UFPI em processos de aprendizagens e qualificação para a futura atividade profissional, oportunizando a estes jovens vivenciarem situações relativas à sua área de atuação vinculada com a Política de Educação Inclusiva. O projeto permitiu trazer para o centro do debate sobre formação acadêmica, aspectos relevantes para o exercício e/ou trabalho cotidiano das mais diferentes áreas: Pedagogia, Comunicação Social, Serviço Social, licenciaturas em Física e Biologia. O processo teve início com reuniões para estudos dos Marcos Legais da Política de Inclusão, estudos de casos e discussões. A partir daí, foram desenvolvidas propostas de intervenção no espaço universitário com resultados bastante positivos. Estas ações foram ampliando-se e constituiu-se numa rede colaborativa de trocas de experiências, nas ações de divulgação, acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas pelo NAU, em organizações de eventos e sobretudo no apoio das atividades



pedagógicas desenvolvidas pelo Núcleo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Formação. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares da sociedade moderna, democrática e cidadã, no entanto, traz consigo as consequências das implicações históricas da sociedade brasileira e do contexto econômico vigente, estando repleta de contradições, formas de exclusão, individualismo e preconceitos. O público-alvo da Educação Especial (PAEE), que envolve pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades/superdotação (CNE/CEB 02/2011), por muito tempo foi excluído e colocado à margem da sociedade.

Antes de 1970, o que se tinha eram ações voltadas para as pessoas com deficiência no escopo da educação e em obras caritativas e assistencialistas. No contexto de acirrada desigualdade, estudos de autores como Bueno (2011, 2005), Jannuzzi (2012) e Mazzota (2011), discorrem que esse público por muito tempo esteve incluído de forma precária ou totalmente excluída das escolas, tornando-se assim, cada vez mais necessário ações interventivas através de políticas educacionais que promovessem a equiparação de condições para acesso e permanência no espaço escolar. O movimento de inclusão social começou tímido na segunda metade dos anos 80 nos países desenvolvidos e ganhou força na década de 90 também nos países em desenvolvimento e no século XXI se expande envolvendo todos os países (SASSAKI, 2010, p. 16).

A partir de um movimento mundial a discussão sobre a inclusão ganhou força e espaço no debate sobre a Educação. Um grande exemplo do reflexo desse movimento foi a “Conferência Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” realizada na Tailândia, em Jomtien, em



1990, pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Mundial (BM) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A proposta visava a discussão sobre a necessidade de universalização da educação básica para a paz (MENDES, MATOS, 2014).

Os principais marcos político-legais que fundamentam a necessidade e importância de uma educação de qualidade para todos são: a) a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomteim, na Tailândia (1990); b) a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais realizada em 1994 em Salamanca, Espanha, que reafirma o compromisso em prol da Educação para Todos e a necessidade de garantir educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema regular de educação (BRASIL, 2008; MENDES, MATOS, 2014); c) a Constituição Federal Brasileira (1988); e d) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) a qual aponta para um movimento de inclusão, que além de esforço estatal e familiar, é também social.

O Estado tem papel fundamental na promoção de direitos. Por muito tempo a educação era concedida apenas às minorias, aos detentores de poder aquisitivo. Com o passar do tempo, esta passou a ser direito de todos, conforme preconização legal da Constituição Federal Brasileira de 1988, por exemplo. Mendes (2010, p. 105) afirma que a partir da promulgação desta Constituição “iniciou-se uma onda de reforma no sistema educacional, que trouxe uma série de ações oficiais empreendidas sob a justificativa da necessidade de alcançar a “equidade”, traduzida pela universalização do acesso a todos à escola, e à “qualidade do ensino””.

Frente a essa atuação Estatal, Sobrinho (2010) considera que é necessário



esclarecer desde logo que a “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de democratização. Porém, a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da democratização da educação superior.

A inclusão no Ensino Superior é algo recente e traz em sua implementação dificuldades que são vivenciadas concomitantemente em diversas universidades. Igualmente percebe-se uma lacuna nos processos formativos acadêmicos com relação ao preparo profissional de sujeitos que atuarão nestes novos contextos sócio culturais, notadamente nos cursos de licenciatura. O Currículo de formação nestes casos, resume-se aos conteúdos vistos nas disciplinas de Libras e em alguns casos, de Educação Especial, todavia, destaca-se a necessidade de se ir além destas propostas e lançar um desafio que permita aos acadêmicos e aos estudantes público-alvo da educação especial vivenciarem situações de aprendizagem sobre convivência, diferenças e possibilidades, levando em conta os indivíduos que tecem a vida cotidiana e que são partícipes deste processo (PATTO, 1993).

A formação destes profissionais há de ser constituída numa dimensão pluricultural, em que as abordagens curriculares e didáticas sejam pautadas na superação dos preconceitos, na afirmação de direitos humanos e no pluralismo de



ideias/concepções. Nesse sentido, é importante que a educação efetive o direito à diferença, baseado na práxis do respeito e da equiparação de oportunidades.

Importante destacar que o processo de construção de um espaço inclusivo na educação, não ocorre de forma padronizada; ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças. Levar os estudantes público-alvo da educação especial a participarem ativamente das mais diferentes situações e experiências acadêmicas, pode trazer uma contribuição sem par, para todos os alunos, permitindo refletir sobre as práticas educacionais a partir das questões suscitadas no cotidiano da sala de aula, o que leva à flexibilização e à reinvenção de si e desse espaço tão estigmatizador que é a sala de aula.

A Universidade, assim como os demais segmentos da sociedade, precisa trabalhar a inclusão nas suas diversas formas, considerando as singularidades das pessoas que compõem o público-alvo da educação especial e considerando a necessidade de renovação diante das mudanças contemporâneas (MULLER;GLAT, 1999). Nesse sentido a Universidade Federal do Piauí (UFPI), buscou cumprir a legislação, instituindo o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Piauí (NAU). O NAU foi criado em outubro de 2014, por meio da Resolução Nº 28/2014/CAD/UFPI, para atender à recomendação do Ministério da Educação (MEC), em conformidade com o Programa INCLUIR – VIVER SEM LIMITE, que, desde 2005 (via editais) vem fomentando a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições de Ensino Superior.

O Programa Incluir foi criado a partir da Portaria Normativa Nº 14 de 24 de abril de 2007, sendo executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,



Diversidade e Inclusão – Secadi, objetivando fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013). Nota-se que o Programa surge via portaria mesmo após sua existência no formato de editais a partir de 2005.

O Programa Incluir vem, portanto, criar mecanismos que possibilitem a fissura do modelo tradicional que vigorava nas instituições de ensino superior a fim de remodelar o comportamento dos sujeitos nesses espaços de modo a construir paulatinamente a inclusão do público-alvo da educação especial.

Este núcleo atua promovendo ações institucionais que possibilitem o acesso e a permanência de estudantes público-alvo da educação especial dentro da universidade por meio da redução das barreiras de ordem pedagógica, arquitetônica, de comunicação, de informação e atitudinais. As ações e atividades desenvolvidas, sob a tutela do NAU, viabilizou experiências de incentivo ao aprendizado, de disseminação das políticas de inclusão e acessibilidade e de tecnologias colaborativas, dentre estas experiências destacamos o projeto Saberes e fazeres da prática inclusiva.

A vivência nas mais diversas experiências suscitou alguns questionamentos como: Como promover processos formativos inclusivos no ensino superior? Quais práticas inclusivas interagem com o currículo das graduações e licenciaturas? Como o núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Piauí – NAU pode contribuir para articular processos de formação de jovens universitários com ações de inclusão? Foram estas e outras questões que nos motivaram a implementar o



projeto “Saberes e fazeres da prática Inclusiva na UFPI.”

OBJETIVOS

O projeto Saberes e fazeres da prática Inclusiva na UFPI tem o objetivo de inserir estudantes da Universidade Federal do Piauí, em processos de aprendizagens e qualificação para a futura atividade profissional. Dentre os desafios propostos pelo projeto, estava o de oportunizar a estes jovens vivenciarem situações relativas à sua área de atuação vinculadas ainda com a Política de Educação Inclusiva da UFPI.

METODOLOGIA

O projeto consistiu em selecionar estudantes das mais diversas áreas e desenvolver um processo formativo que os habilitassem para ações de apoio a inclusão na UFPI. Os estudantes passam por um processo seletivo que inclui a análise socioeconômica e uma entrevista. Após essa etapa realizamos rodas de conversa com o objetivo de sensibilizar e ampliar as percepções e conhecimentos sobre a temática da inclusão, em seguida são conduzidos a estudos sobre aspectos históricos e Marcos Legais da Política de inclusão, além de realizarmos estudos de casos, momento em que, nas rodas de conversas, são desenvolvidos debates e reflexões sobre os avanços e desafios vivenciados. A dinâmica das intervenções desenvolvidas ocorre a partir das necessidades identificadas e mediante esse diagnóstico promovemos uma série de ações que impactam para a permanência e o sucesso acadêmico do estudante público-alvo da educação especial. Iniciamos nossas ações no Projeto Saberes e Fazer para uma prática inclusiva em 2017, com a Campanha “Se liga na Inclusão”, na qual foi realizada uma blitz educativa nos



espaços da Universidade, com sensibilização da comunidade acadêmica e *aplicação da “Multa Moral”* - uma multa aplicada a veículos que se encontram estacionados em vagas reservadas a pessoas com necessidades especiais e que chamam atenção para o respeito ao direito da pessoa com deficiência.

Figura 1- Multa moral.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

A fim de explorar atividades de extensão, realizamos o *I Workshop de Técnicas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*, ideia concebida na vivência dos participantes do projeto com estudantes PAEE que apresentavam dificuldades na elaboração de trabalhos acadêmicos; como apresentação de seminários, elaboração de resumos e artigos, resenhas, etc. Partindo da proposta de interferirmos nessa situação, o Workshop apresentou para os estudantes PAEE estratégias de estudo e dicas de como falar em público, montar slides e elaborar mapas conceituais auxiliando-os a vencer estas dificuldades outra estratégia adotada foi a participação de um psicólogo que os orientou a utilizar técnicas de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM AEE: ENS. FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

relaxamento que os auxiliam no controle da ansiedade.



Figura 2- I Workshop de Técnicas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Outra ação delineada foi a *formação de auxiliares acadêmicos* – estudantes que estudam no mesmo curso que o estudante PAEE e que atuam auxiliando os mesmos na organização dos estudos, na leitura e escrita de textos, na adaptação de materiais e também na mobilidade. Esta ação tem atingido excelentes resultados por ser um acompanhamento mais individualizado. A dupla – auxiliar acadêmico e estudante PAEE, recebem orientações e suporte pedagógicos, dos participantes do projeto do curso de pedagogia, com vistas ao planejamento e organização dos estudos. Vários relatos foram feitos sobre os resultados positivos deste tipo de acompanhamento e sobre a elevação da qualidade do estudo.

Uma das primeiras atividades promovidas no segundo semestre de 2017 foi o *Projeto Sentirgrafia* que culminou numa oficina de fotografia para cegos - cujo objetivo foi desenvolver os sentidos que os deficientes visuais possuem, como tato, audição e imaginação, para a produção fotográfica, de forma que eles realizassem produtos estéticos e artísticos para si. Realizada durante os dias 24 a 28 de julho de 2017, as *oficinas de técnicas fotográficas*, tiveram o espaço da

Universidade Federal do Piauí (UFPI), como palco de experimentações, bem como outros espaços da cidade tais como o Mercado Municipal e o Parque Ambiental Potycabana. Os estudantes participantes do projeto Saberes e fazeres auxiliaram nas articulações de divulgação do projeto e atuaram junto aos estudantes cegos e com baixa visão como auxiliares durante as oficinas do Sentirgrafia.

O projeto Sentirgrafia surgiu em consequência de um documentário (Escute...), realizado pela jornalista Manoela Meyer, o qual aborda a relação entre cinema e cegueira. Selecionado pelo edital Rumos 2015, do Instituto Itaú Cultural, o projeto apontou o Piauí para receber as oficinas. por ser o estado com maior taxa per capita de deficiência visual do país: mais de 22% da população, conforme dados do IBGE.

Figura 3- Projeto Sentirgrafia.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Ainda em julho, foi realizado, em parceria com o Centro de Apoio Pedagógico do Estado (CAP) e apoio dos participantes do projeto, o *Minicurso de orientação e mobilidade*, para estudantes com deficiência visual, existentes na instituição. O principal objetivo do curso foi possibilitar o aprendizado de estratégias de orientação e mobilidade nos diversos espaços dentro da



universidade de modo a viabilizar a autonomia desses estudantes contemplando os trajetos para suas salas de aula, banheiros, restaurante universitário, biblioteca, praças de alimentação e paradas de ônibus.

Figura 4- Minicurso de orientação e mobilidade.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Ainda no segundo semestre de 2017 realizamos o *II Encontro da Rede Piauiense de Leitura Inclusiva*. O evento é resultante de uma ação articulada entre diversos parceiros institucionais, dentre eles a Fundação Dorina Nowill, a Associação de cegos do Piauí - ACEP e teve como objetivo mobilizar e estreitar o relacionamento entre os diversos públicos que intermedeiam ações de leitura, como educadores, bibliotecários, profissionais do livro e leitura, organizações sociais e governamentais, e desenvolver ações inclusivas de leitura e, a partir deste diálogo, compartilhar e fortalecer as ações locais apresentando um cenário da leitura inclusiva no Piauí/Brasil. Na oportunidade os estudantes tiveram a experiência de cooperar na organização e execução do evento. A experiência oportunizou outros saberes e fortaleceu a prática de gestão e de atividades



colaborativas.

Figura 5 - II Encontro da Rede Piauiense de Leitura Inclusiva.



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

Em 2018 realizamos a *I Mostra Inclusiva de Artes e Imagens (Ilustrações, Fotografias e Vídeos) da UFPI*, a mostra, um desdobramento do projeto Sentirgrafia, trouxe para o espaço acadêmico debates e reflexões sobre acessibilidade comunicacional. Nesta perspectiva, os estudantes e participantes do projeto puderam perceber o quanto as mídias e espaços de comunicação estão carentes de profissionais que dirijam o olhar para as pessoas que não dispõem de acesso a leituras e comunicações acessíveis com os recursos de legenda, janela de libras, braille e áudio - descrição. A Mostra apresentou ainda, artes, fotos e vídeos produzidos por pessoas com deficiência visual e foi espaço de interação e muito aprendizado. Os bolsistas atuaram ativamente no decorrer do evento e na oficina de arte realizada com as pessoas com deficiência, aprendendo o manejo com os diversos sentidos dos envolvidos, de modo a adequar a descrição dos instrumentos disponibilizados (tecidos, papéis de diferentes texturas, tintas das mais diversas cores, garrafas pet e outros materiais).

Figura 6- I Mostra Inclusiva de Artes e Imagens (Ilustrações, Fotografias e Vídeos) da UFPI



Fonte: Núcleo de Acessibilidade da UFPI-NAU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações e eventos elencados apontam para uma perspectiva de afirmação e ampliação da política de inclusão implementada pela UFPI através do NAU e com o apoio dos participantes do projeto. Neste sentido, esta experiência tem enriquecido os saberes acadêmicos e tem sido mola propulsora para ampliar as discussões sobre os processos formativos das juventudes no Ensino Superior na perspectiva da inclusão, bem como para subsidiar as mudanças culturais indispensáveis ao espaço Universitário.

O envolvimento dos estudantes de Pedagogia, Comunicação Social, Serviço Social, Licenciatura em Biologia e física favoreceu uma compatibilização teórica – prática, agregando valor à vida acadêmica e pessoal. Estamos vivendo um período de transição social e educacional e é certo que ainda há muito o que aprendermos. A inclusão educacional é um processo gradual e global. Mendes e Matos (2014) destacam que a inclusão escolar ultrapassa o aspecto voltado



apenas à socialização e alcança outro patamar que seria o do desenvolvimento pleno dos alunos em salas comuns.

Trazemos marcas arraigadas de uma história que foi marcada pela exclusão social dos indivíduos com deficiência e, ao mesmo tempo, damos os primeiros passos para a construção de uma nova história, cujo impacto para as gerações futuras dependerá dos avanços e das conquistas produzidos nos mais diferentes espaços sociais. A educação de pessoas com deficiência apresenta muitas especificidades e requer profissionais engajados no objetivo de proporcionar um processo de ensino/aprendizagem que destaque importância para práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, cooperação e solidariedade.

Nosso papel é fomentar no espaço acadêmico e social um novo olhar e uma nova atitude, e isto está sendo alcançado com o Projeto Saberes e fazeres para uma prática inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **“Plano Viver sem Limite”**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília. 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.



Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 15 ago.2018.

BUENO, J. G. S. et al. **Políticas de educação especial no Brasil**: estudo comparado das normas das unidades da federação. Brazilian special educational policies: a comparative study of the unities federation norms. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 1, p. 97-118, 2005.

_____. **Educação especial brasileira**: questões conceituais e de atualidade. São Paulo, EDUC, 2011.

JANNUZZI, G. S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. rev. Campinas, SP: autores associados, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia; MATOS, Selma Norberto. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Dossiê temático-curriculo e prática pedagógica**. Práxis educacional, vol. 10, n. 16, jan/jun, 2014.

MENDES, Enicéia Gonçalves . **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.

MULLER, T.M.P; GLAT, R. **Uma professora muito especial**: questões atuais de educação especial. Viveiros de Castro, 1999.

PATTO, M. H. S. **O conceito de cotidiano em Agnes Heller e a pesquisa em educação**. Perspectivas, n.1, v.16 1993. Disponível em:

<http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/o_conceito_de_cotidianidade.pdf> Acesso em 08.08.2018.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2011. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível



em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da Educação Superior:** faces da exclusão e limites a Inclusão. Educ. Soc. , Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

ANEXO C - FLUXOGRAMA ETAPAS

